

A. I. Nº - 151842.0020/02-0
AUTUADO - A PROVEDORA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
AUTUANTE - TEREZA RAIMUNDA ROCHA VIEIRA
ORIGEM - IFEP
INTERNET - 15. 12. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0497-04/03

EMENTA: ICMS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. APRESENTAÇÃO DE FORMA INCOMPLETA. MULTA. De acordo com a legislação do ICMS em vigor, os contribuintes são obrigados a transmitir, bem como de fornecer a fiscalização quando intimado, os arquivos magnéticos exigidos. Rejeitado o pedido de revisão fiscal. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/09/2003, exige multa no valor de R\$36.645,50, em razão do autuado haver fornecido informações através de arquivos magnéticos exigidos na legislação tributária, com omissão de operações ou prestações, ou com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais correspondentes. Em complemento à acusação, o autuante consignou à fl. 2 do Auto de Infração, que a empresa apresentou os dados de entradas e saídas em meio magnético de forma incompleta, deixando de fornecer os Registros 54 e 75, com as operações realizadas, no período janeiro a dezembro/2001, apesar de ser regularmente intimada em três oportunidades para apresentá-los, as quais não foram atendidas.

O autuado ao impugnar o lançamento fiscal em sua defesa, fls. 41 a 46 dos autos, transcreveu, inicialmente, os termos da acusação fiscal.

Em seguida, apresentou os seguintes argumentos para refutá-lo:

1. Que o cerne da questão gira em torno da correta aplicação da multa, em razão da falta de apresentação de alguns documentos e diz ter havido por parte da autuante uma dose exagerada na sua aplicação, além de grande confusão de informações, tornando a acusação vaga e contraditória. Reproduz parte da acusação fiscal e afirma que na descrição padrão da infração, nada se pode extrair de concreto, pois não aponta qual foi a omissão e muito menos quais foram os dados divergentes;
2. Que mais adiante, com a intenção de clarear, foi consignado que os arquivos magnéticos foram apresentados, no entanto, contradiz-se a autuante quando assevera que a empresa apresentou de forma incompleta os arquivos magnéticos, faltando os registros 54 e 75, pelo que foi aplicada a multa de 5% sobre todas as operações de entradas e de saídas durante o exercício de 2001;
3. Que pela simples falta de apresentação de apenas dois registros 54 e 75, foi à empresa apenada com a multa de 5% sobre o total das operações de entradas e saídas, cuja multa é arbitrária, indevida e ilegal, com a renovada vênia da autuante. De acordo com o autuado, o art. 42, XIII-A, “f”, estabelece que a multa de 5% deve ser aplicada sobre o “valor das operações” que tenham sido “omitidas” dos arquivos magnéticos, ou “neles informados com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais correspondentes” Alega que da segunda alternativa parece não se tratar o caso, pois não foi alegado “dados divergentes”, mas tão somente “falta de apresentação”(o que se entenderia como informações omitidas), cuja situação se enquadraria na primeira, que trata de operações omitidas de arquivos, sem especificar os meses;

4. Que por ter a autuação reclamado apenas a apresentação dos “Registros 54 e 75”, não poderia alcançar todas as entradas e saídas nos períodos, mas tão somente aquelas identificadas e individualizadas pela ação fiscal e que tivessem sido “omitidas de arquivos magnéticos”. Segundo o autuado, a autuação da forma como está, ou seja, alcançando todas as operações, a penalidade não pode subsistir, uma vez que a autuante não explicitou nem provou a omissão de dados, que justifique a aplicação da multa;

5. Que o lançamento limita-se a mencionar a “base de cálculo”, mas não informa de onde retirou tais números e, pelo montante utilizado, deduziu a empresa que o lançamento levou em conta as operações de entradas e de saídas, cujo fato se refletir a realidade, é motivo para discordar da autuação. Assevera que apesar da defeituosa redação do art. 42, XIII-A, ‘f’, a interpretação que se tem dado à expressão “valor das operações ou prestações” é a de englobar tão somente as operações efetuadas pelo autuado, e mesmo assim as que forem tributadas, ou seja, as de saídas, excluídas, portanto, as entradas e as operações e prestações realizadas por terceiros destinada a empresa. Cita decisões do CONSEF através dos Acórdãos nºs. CJF nº 0054-12/02 e JJF 0273-04/02 e 2154-01/01, que julgou Autos de Infração lavrados versando sobre idêntica matéria objeto deste lançamento, em apoio ao seu argumento.

À fl. 46 o autuado solicitou uma revisão fiscal de todos os itens objeto da autuação, por fiscais estranhos ao feito, sob pena de cerceamento do direito de defesa (art. 5º, LX, da Constituição Federal).

Ao concluir, aduziu que diante da farta argumentação fática e jurídica produzida, nenhuma dúvida poderá subsistir quanto à correção dos procedimentos da empresa, pelo que confia no julgamento improcedente do Auto de Infração.

A autuante ao prestar a sua informação fiscal, fls. 64 a 68 dos autos, descreveu, inicialmente, os termos da acusação fiscal.

Em seguida, fez uma abordagem do Convênio ICMS 57/95, celebrado entre as unidades federadas, o qual estabeleceu a obrigatoriedade da entrega em forma de arquivos magnéticos, de dados referentes à movimentação econômica das empresas às respectivas Secretarias de Fazenda dos Estados.

Salienta que no Anexo 64 e parte integrante do RICMS/97, ao definir a formatação do “layout” dos arquivos magnéticos em campos, o fez com o objetivo de maximização da eficiência de pesquisas e coleta dos dados neles armazenados pela máquina estadual de fiscalização, oportunidade em que citou os artigos 708-A, 708-B e 712-B, do RICMS/97, os quais versam sobre a obrigatoriedade do seu fornecimento.

Sobre a defesa formulada, assim se manifestou:

1. Quanto ao argumento defensivo no item 2.6, de que “os registros 10, 11 e 90, que são os únicos que não podem faltar nos arquivos magnéticos”, esclarece que os mesmos em verdade constavam dos arquivos magnéticos entregues, no entanto, fez as seguintes indagações:

a) Se os registros acima citados, cuja finalidade descreveu, são suficientes para a realização de uma operação de fiscalização?

b) Como um preposto fiscal de posse dos registros acima pode realizar uma operação de fiscalização?

2. Que visando sanar a falta dos registros transmitidos, intimou a empresa em três oportunidades, conforme intimações às fls. 7 a 9, datadas de 08/08, 09/09 e 17/09/2003, respectivamente, nas quais constam a ciência do preposto da empresa, Sr. Kleber Roque dos Anjos, sem que as mesmas fossem atendidas, o que ensejou a lavratura do Auto de Infração em 30/09/2003;

3. Em relação à alegação defensiva no item 2.1, esclarece que se os arquivos magnéticos são formados por informações *ipse literae* dos documentos fiscais emitidos e recebidos pela empresa e o fato dos mesmos transmitidos pelo SINTEGRA não trazerem as informações correspondentes ao volume por item de mercadorias comercializadas através de compras e vendas, pode-se afirmar que houve dados

divergentes dos constantes nos documentos fiscais, sendo correta a aplicação da multa prevista no art. 915, XIII-A, “F”;

4. Sobre o item 2.2 da defesa, informa que a multa aplicada e sua base de cálculo consignada no Auto de Infração, foi com fulcro no que determina o artigo acima citado, do RICMS/97;

5. Com referência ao item 2.3 da peça defensiva, diz que o nobre defensor da empresa equivocou-se ao tratar com menosprezo os Registros 54 e 75, já que os mesmos, conforme comentário feito anteriormente, são de grande importância para a fiscalização;

6. No tocante ao item 2.4, onde o autuado alega que o Auto de Infração foi lavrado “sem especificar os meses” em que existiram divergências e ou omissões de dados dos arquivos, aduz que as divergências constantes nos arquivos correspondem ao período de janeiro a dezembro/2001, razão pela qual a multa abrangeu o referido período;

7. Relativamente ao item 2.5, em que o autuado argumenta que pelo fato da autuação reclamar a falta de apresentação dos “Registros 54 e 75”, não poderia alcançar todas as entradas e saídas nos períodos, informa que os mesmos recepcionados pela SEFAZ, por não conterem os referidos registros, são de vital importância para a realização da fiscalização, além do que os dados neles contidos não estão idênticos aos documentos fiscais;

8. No que diz respeito ao item 2.7 da defesa, aduz que o contribuinte equivocou-se ao argumentar que o art. 42, XIII-A, “F”, da Lei nº 7014/96, somente autoriza a aplicação do percentual sobre o valor das operações;

9. Quanto ao item 2.8 da defesa, em que foi argumentado que o lançamento limita-se a mencionar a base de cálculo, sem informar de onde foram extraídos tais números, informa que em razão do contador haver alegado que os livros fiscais estavam à disposição da Receita Federal, teve que recorrer ao banco de dados da SEFAZ, onde obteve o relatório da DMA consolidada (fl. 5).

Ao finalizar, diz ratificar a reclamação da multa e o teor da informação fiscal prestada.

VOTO

O fundamento da autuação foi em razão do autuado haver fornecido dados de entradas e saídas em meio magnético de forma incompleta, ao deixar de entregar os Registros 54 e 75, tipos aplicados ao estabelecimento, referentes às operações realizadas no período de janeiro a dezembro/2001, pelo que foi aplicada a multa no valor de R\$36.645,50.

Inicialmente, indefiro o pedido de revisão fiscal formulado pelo sujeito passivo ao final de sua defesa, pelos seguintes motivos:

I - Entendo desnecessário o pedido, pois a presente autuação se reporta apenas a uma infração, ao contrário do que consta na impugnação, em que foi solicitado a revisão de todos os itens da autuação;

II – Ademais, de acordo com o disposto no art. 147, “b”, do RPAF/99, a diligência deverá ser indeferida, quando for destinada a verificar fatos vinculados à escrituração comercial e fiscal ou a documentos que estejam na posse do requerente e cuja prova ou sua cópia simplesmente poderia ter sido por ele juntada aos autos.

Ressalto que, antes da presente autuação ocorrida em 30/09/2003, foram expedidas três intimações ao autuado, conforme documentos às fls. 6 a 8, sendo que na primeira consta como data da ciência o dia 08/08/2003, ou seja, o autuado se quisesse cumprir com as suas obrigações fiscais estabelecidas na legislação tributária estadual, teve um prazo de 53 dias, sem levar em conta os trinta dias previstos para fazer a sua impugnação e, ainda assim, não fez a juntada em sua defesa dos Registros 54 e 75, para elidir a ação fiscal.

Adentrando no mérito da autuação e após analisar as peças que instruem o PAF, observei que apesar de constar no Auto de Infração uma acusação mais abrangente, pelo fato de ser emitido por processo eletrônico, o que ocorreu em verdade, foi que a empresa ao apresentar os arquivos magnéticos com os dados de entradas e saídas das operações realizadas, deixou de entregar os arquivos com os Registros 54 e 75.

Em sua defesa, o autuado em nenhum momento alegou haver entregue a SEFAZ os arquivos magnéticos de forma completa, ou seja, com os registros acima citados, questionando tão somente a multa aplicada pela autuante no percentual de 5% sobre o valor das operações de entradas e de saídas realizadas no exercício de 2001.

Com referência aos arquivos não apresentados, para melhor entendimento do que neles devem ser informados pelos contribuintes, transcrevo, a seguir, o que prevê a legislação:

Arquivo 54 - Registro do Produto (classificação fiscal), onde deve ser informado, além de outros elementos, o número da nota fiscal, o número do item, o código do produto ou serviço, a quantidade, o valor do produto, a base de cálculo e a alíquota do ICMS, etc, da totalidade das operações realizadas, ou seja, das entradas e saídas ocorridas no exercício;

Arquivo 75 - Registro do Código do Produto, onde deve ser informado, além de outros elementos, a data inicial e final, o código do produto e a NCM, a sua descrição, a unidade de medida, a situação tributária, a alíquota do IPI e do ICMS.

Ao não apresentar os arquivos magnéticos acima citados, o autuado impediu a fiscalização de realizar o roteiro Auditoria de Estoques, destinada a verificar a regularidade de suas operações de entradas e de saídas de mercadorias, fato que ocasionou grave prejuízo à Fazenda Estadual.

Quanto à multa aplicada no percentual de 5% sobre o total das operações de entradas e de saídas ocorridas no exercício, verifiquei que foi correto o procedimento da autuante, já que respaldado no art. 42, XIII-A, “f”, da Lei nº 7014/96.

Sobre as decisões citadas pela defesa relativas aos Acórdãos nºs 0054-12/02 e 2154.01/01, esclareço que o CONSEF através do Acórdão CS nº 0189-21/02, ao apreciar impugnação de contribuinte, a nível de Recurso de Revista, decidiu que o percentual de multa a ser aplicado é sobre o total das operações de entradas e saídas não fornecidas a fiscalização por meio de arquivo magnético.

Ante o exposto, considero caracterizada a infração e voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **151842.0020/02-0**, lavrado contra **A PROVIDORA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$36.645,50**, prevista no art. 42, XIII-A, “f”, da Lei nº 7014/96 e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de dezembro de 2003.

ANTONIO AGUIAR DE ARAUJO – PRESIDENTE/RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR